

19 MAR 1989

# Progride a estatização da Saúde

A crise entre os hospitais particulares e a Secretaria da Saúde de São Paulo caminha para confronto em que apenas a população carente está prejudicada. No âmago da questão está a decisão política da Secretaria de estatizar todo o serviço de atendimento médico no Estado. Nos planos da pasta a estatização seria gradativa: primeiro, o governo assumiria o controle do atendimento primário, ou seja, as consultas simples feitas pelos segurados do Inamps na rede de hospitais particulares e pagas pelo Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde, para, depois de contornados todos os problemas desta "primeira fase", entregar-se ao Estado o atendimento e o tratamento dos casos de urgência, emergência e especializados.

A expectativa do Estado era a de que o processo fosse gradativo, por quanto ao longo do tempo tanto a rede pública de serviços médicos se adaptaria à nova demanda, como se diluiria a resistência dos hospitais particulares ante o que representava um visível desrespeito ao artigo 199 da Constituição, que assegura à iniciativa privada o direito de também prestar assistência à saúde do brasileiro. Para surpresa do *entourage* estatizante do secretário José Aristodemo Pinotti, a livre iniciativa, desta vez, quando atacada, demonstrou capacidade de de-

fesa; levantou a luva atirada pela Secretaria, que acusara de forma generalizada a rede privada de fraude, exigiu provas e fez valer sua palavra ao paralisar todos os serviços de atendimento primário em São Paulo. Os fatos desencadearam uma crise que apresenta dois ângulos especialmente perigosos: primeiro, o dia-a-dia do atendimento médico do necessário fica visivelmente prejudicado, e, depois, verifica-se que aquilo que ocorre com a saúde em São Paulo nada mais é que uma espécie de ensaio geral do que poderá atingir o atendimento médico no Brasil todo, caso realmente saia vitoriosa de todo o episódio uma determinada concepção do que é Medicina, do que seja um atendimento médico previdenciário.

Não é de hoje que grassa nos círculos médicos a crença na eficiência do Estado, e o repúdio à ação da livre iniciativa, como a grande solução de todos os males da Medicina brasileira. As associações que congregam os profissionais das áreas médicas foram literalmente "ocupadas" por lideranças de perspectivas totalmente estatizantes. O resultado desse processo foi o *lobby* específico organizado na Constituinte que consagrou a concepção do sistema único de saúde. Por esta, uma vez centralizadas as possibilidades de atendimento médico — o que abrangeia não só o número

de leitos disponíveis como também o volume de medicamentos e quantidade de pessoal médico à disposição do serviço público —, toda a demanda poderia ser suprida pelos serviços médicos estatais até o ponto em que se corporifique, no sonho estatizante, a expressão exclusivamente.

De acordo com essa mentalidade, desde a mais elementar triagem médica, passando pela consulta especializada, que requer sofisticado aparelhamento sempre carente de atualização, até todos os tratamentos, internações e cirurgias seriam de inteira responsabilidade de uma colossal rede pública de atendimento médico. Em plenos anos da *perestroika*, quando toda a Europa faz o possível para livrar-se do peso do Estado, o mínimo que se pode dizer dessa concepção de Medicina é que é anacrônica.

O pior é que tal conceituação, materializada no Suds, prejudica sempre o mais necessitado, aquele brasileiro que não possui, na maioria das vezes, nenhum recurso e precisa de atendimento médico. A crise que está envolvendo a área da saúde em São Paulo é o melhor alicerce desta conclusão. Os responsáveis pela Secretaria da Saúde paulista, frente à resistência da rede privada em perder as consultas simples, abandonaram o gradualismo e avançaram

estatização adentro: "Nós assumimos as urgências e as consultas especializadas também", afirmou o secretário-adjunto Énio Duarte. Com que recursos? Com que equipamentos? Uma solução já foi imediatamente aventada: a contratação de médicos, enfermeiras, auxiliares, em caráter emergencial, isto é, sem concurso! Sem que se fale da curiosa solução do coordenador do Suds na Grande São Paulo, que insiste em "reeducar" o segurado para que ele mesmo (?) distinga se o seu caso é simples, o que o levará, portanto, ao centro de saúde mais próximo, ou se é complexo, obrigando-o, nesse caso, a procurar um serviço médico melhor equipado...

A concepção de Medicina que alicerça o Suds deve-se estes tipos de solução. A cega crença na capacidade do Estado, a necessidade ideológica, especialmente, de atacar a livre iniciativa, provoca na Medicina brasileira o que uma vez já chamamos de *reumatismo estatizante*, que tolhe, movimenta, anula a reação muscular e compromete, irremediavelmente, o desenvolvimento futuro do paciente. Os contornos que a crise da saúde em São Paulo vem assumindo nos fazem pensar que este reumatismo está piorando. Com graves consequências para quem depende deste "paciente", ou seja, toda a população necessitada de atendimento médico.